

Frank Maia em exposição

Dando continuidade às atividades culturais do Sinergia, abre dia 5 de novembro, no hall da Eletrosul, uma mostra de charges do ilustrador da Linha Viva e Folha Sindical, Frank Maia. Os trabalhos expostos fazem uma retrospectiva dos últimos anos do movimento dos trabalhadores.

Para melhorar o futuro

Isaltino Pedron, curador da Celos eleito pelos empregados, e Dietram Budag, também membro do Conselho de Curadores desta entidade, estão participando no Rio de Janeiro do XIV Congresso Brasileiro de Fundos de Pensão, promovido pela Abrapp (Associação Brasileira de Previdência Privada).

Haja compromisso

Apenas 10 pessoas participaram da assembleia ordinária, dia 26 de outubro, convocada pelo Sinergia para prestação de contas do período janeiro/junho de 1993. Destas 10 pessoas, só uma não faz parte da diretoria do sindicato. Haja compromisso!

Vamos mexer com a população

Uma campanha nacional de marketing pela televisão será deflagrada para formação da opinião pública sobre a privatização do setor elétrico. Isto foi decidido na reunião da ACESA (Associação dos Concessionários Estaduais de Energia Elétrica) terça-feira, em Brasília. Delman Ferreira, diretor do Sinergia, representando o Comando Nacional dos Eletricistas, participou do encontro expondo a proposta de campanha do CNE que foi encampada pela ACESA.

Seminário do trabalhador

Dias 4 e 5 de novembro acontece no Hotel Cambirella (Fpolis) o 1º Seminário Catarinense Sobre Lesões por Esforços Repetitivos (LER), numa promoção da Fundacentro e Cissat (Comissão Intersindical de Saúde do Trabalhador) que reúne 12 sindicatos da capital. Os interessados podem contatar com Sovenir, no Sinergia, ou diretamente na Fundacentro, fax (0482) 24-05-24.

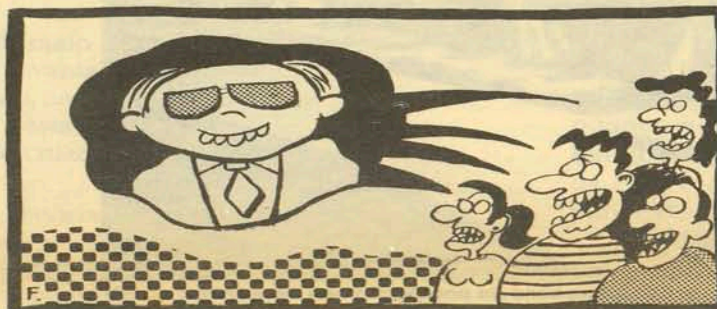
LINHA VIVA

Nº 246
28/10/93

E O BRESSER?

Na segunda-feira, dia 25 de outubro, aconteceu a primeira rodada de negociação da pauta específica da Eletrosul. Foram praticamente negados todos os pleitos das assembleias que montaram a pauta. Mas, o que no momento prende mais a atenção da categoria é o pagamento do índice surrupiado pelo Plano Bresser.

Seguindo orientação das assembleias, os sindicatos tomaram o Bresser como bandeira desta campanha. Por isto expuseram ao Diretor Administrativo da Eletrosul, Ilário Pazin, sua preocupação salientando que o pagamento deste índice é inerente à negociação, apesar de ser um item extra-pauta. Além de significativo para os trabalhadores ele também paira como uma ameaça no futuro da empresa, por causa do imenso passivo trabalhista que está sendo acumulado.



O DA, Ilário Pazin, concorda com a colocação dos empregados e assegurou que levaria a questão para discussão com a diretoria e, na quinta-feira, dia 4, em nova reunião com a Intersindical, traria a posição da Eletrosul sobre o assunto.

No que toca à pauta específica, das 41 cláusulas a Eletrosul negou 33. Concordou com o auxílio creche e pré-escolar, convênios, abono em área descentralizada (excluindo os empregados que trabalham em turno ininterrupto de revezamento), acidente em serviço, compensação coletiva, efeito financeiro da promoção, multa e vigência.

Vitória

Os trabalhadores nos hospitais, após 44 dias de greve, conseguem ver atendidas parcialmente suas reivindicações. Janio Silva, presidente do sindicato, acredita que a categoria sai vitoriosa pois conseguiram uma gratificação de 90% (a maior parte dos trabalhadores do setor ganham de CR\$ 14 mil a CR\$ 19 mil) e nenhuma punição. Está previsto outro reajuste de 24% para novembro. A lamentar a irresponsabilidade do governo estadual, excursionando pela Ásia, deixando as coisas chegarem ao ponto de ameaçar a vida da população.

Compromisso de campanha?

Durante a gestão Gazaniga na Eletrosul, foi acertado um almoço com os vereadores dos municípios da região de Itá. Os acordos ficaram por conta do então assessor da presidência Miguel Sedrez. Ao que tudo indica o compromisso foi cumprido por esta administração da Eletrosul: sábado passado, dia 23 de outubro, aconteceu um grande almoço para cerca de 250 pessoas, com tudo pago pela Eletrosul. A dúvida é: a) comemorativo a quê? b) dentro de que atividades da empresa se insere este tipo de despesa?

FGTS na privatização

O Ministro do Trabalho, Walter Borelli, não foi feliz na apresentação à CUT e Força Sindical da sua proposta de transformar a dívida do governo federal com o FGTS em moeda de privatização. As centrais preferem que a dívida, por volta de 27 bilhões de dólares, seja paga em dinheiro.

Pelas beiradas

Aos poucos a Eletrobrás, sob os auspícios do seu presidente José Luiz Alquerres, vai adotando medidas de privatização do setor elétrico. Primeiro foi a lei de desequilíbrio tarifário. Depois o decreto 915, dos consórcios autoprodutores. Agora estuda a abertura do Sistema Interestadual de Transmissão de Energia Elétrica aos consórcios, onde o setor privado poderá utilizar o sistema do Estado para transporte de energia.

Esfregando

a\$ mão\$

Duas empresas ligadas ao setor elétrico norte-americano (Southern Co. e Zorn/Neco) se reuniram com a Cesp, Eletropaulo e CPFL para acertar sua participação em projetos de geração de energia em São Paulo. As imposições dos estrangeiros: o preço da compra de gás natural tem que ser definido anteriormente e querem garantia de manutenção das tarifas de

Show da Solidariedade

Luiz Melodia
Elizah
Sueli Ramos



Dia 30 outubro
Mercado Público Fpolis
20 horas

Ingresso: CR\$ 300,00

Ingressos Antecipados

Celesco: Sandra (6844), Paulo (6084), Édio (5314).
Eletrosul: Corradini (7828), Bete (7956), Albertina (7174)



Medida Provisória regulamenta privatização do setor elétrico

Foi publicado no último dia 25, no Diário Oficial, a Medida Provisória 362 que regulamenta o Programa Nacional de Desestatização. Como ficaram de fora o Sistema Telebrás, Seguridade Social, Instituições Financeiras, Petrobrás e Banco do Brasil, a lei servirá especificamente para regulamentar a privatização das empresas federais do setor elétrico.

A MP transfere o controle da privatização para o Ministério da Fazenda e esvazia os poderes da Comissão Nacional de Desestatização. Além disso permite ao capital estrangeiro adquirir 100% de uma empresa a ser privatizada e regulamenta a possibilidade da utilização de novas moedas de privatização (FGTS).

A justificativa do governo em manter o setor elétrico na pauta da privatização, apesar de todos os problemas que isto acarrete-

tará para a população brasileira, é de que são necessários recursos para o pagamento da dívida pública. Na verdade trata-se de uma submissão ao FMI e aos interesses do grande capital privado nacional e estrangeiro, que há muito tempo estão de olho nesta verdadeiras barbas em que foram transformadas as empresas do setor elétrico. Não é por outro motivo que o ministro Fernando Henrique Cardoso, profundamente envolvido com o projeto neoliberal, retornou de Washington com a idéia fixa neste setor.

O Congresso Nacional tem agora 30 dias para votar a MP, mas enquanto deputados e senadores chafurdam na lama, o governo abre aos empresários nacionais e estrangeiros mais uma possibilidade de fartos lucros às custas do patrimônio Público.



Presidente do Senergisul falou sobre interesses da população aos deputados no RS

Abastecimento não é o único problema de Jacuí

A reunião da Comissão de Serviços Públicos da Assembléia Legislativa do RS que tratou do fornecimento de carvão para a Usina Jacuí I tornou pública a discussão sobre a usina, mas levantou alguns questionamentos que extrapolam a questão do abastecimento e colocam em xeque a própria utilidade da obra.

A questão do abastecimento não foi resolvida. O presidente da Eletrosul, Cláudio Ávila diz que vai abrir licitação para ver quem vai fornecer o carvão. O presidente da Companhia Riograndense de Mineração - CRM, Ademir Garcia Mendes, rebate dizendo que há 11 anos a Eletrosul firmou compromisso de comprar o carvão, o que levou a mineradora estatal a investir 70 milhões de dólares para atender a demanda da usina. "Se for o caso vamos recorrer judicialmente para garantir a compra de nosso carvão", conclui Mendes.

O representante da Copelmi, Cesar Faria, se limita a dizer que sua empresa está interessada no mercado e tem condições de

atender a demanda. Certamente o abastecimento não é a maior preocupação de Faria. A Copelmi lidera o consórcio que vai concluir a obra, tendo US\$ 260 milhões nas suas mãos para administrar o fim da obra.

São questões como esta que preocupam a Intersul. "Nunca vi as empreiteiras receberem dinheiro direto do BNDS para tocar uma obra, sem nenhuma intermediação da Eletrosul", exclama Mauro Passos, presidente do Sinergia. Passos diz ainda que está preocupado com o custo final da energia a ser gerada em Jacuí, que seria superior ao da usina nuclear de Angra, considerado escandaloso. A perspectiva, segundo Passos é de um custo de 100 dólares por MW/h que serão comercializados por apenas US\$ 40.

Além disso o sindicalista está preocupado com o montante já empatado pela Eletrosul na obra. "Dizem que já gastaram US\$ 660 milhões, mas quem olha o canteiro de obras não consegue ver onde foi aplicado tanto dinheiro", analisa Passos.

Privatização à la Kleinubing

Governador privatizou coleta de lixo de Blumenau com prejuízo para a cidade. Inquérito civil investiga suspeita de superfaturamento. Quem perde dinheiro vendendo lixo o que conseguiria com uma estatal como a Celesc

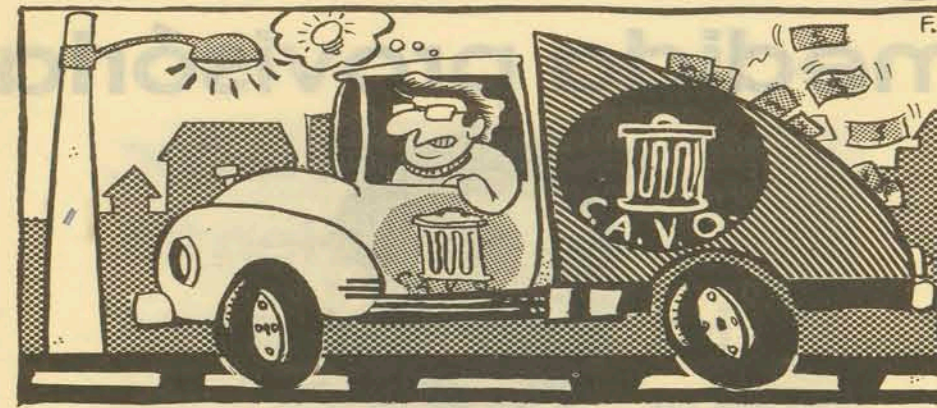
Em agosto de 1990, o então prefeito de Blumenau, Vilson Kleinubing, assinou a sua primeira privatização: passou os serviços de limpeza urbana do município para a empresa CAVO (Companhia Auxiliar de Viação e Obras), através de um contrato tido como superfaturado. Na época houve uma pequena reação popular, por causa do aumento da tarifa de melhorias, mas o negócio foi irreversível. Blumenau se desfez de todos os equipamentos que possuía (alguns de seus caminhões foram parar nas mãos da empresa Decorama) e passou a pagar uma taxa que equivalia a mais do que o dobro do preço de mercado.

Quando deixou a prefeitura para ser governador de Santa Catarina, Kleinubing deixou atrás de si uma "terra arrasada". Victor Sasse, que como seu vice em Blumenau, foi encarregado de tapar os buracos, disse recentemente que "todo prefeito que tem pretensão de ser go-

vernador, não olha muito o problema orçamentário, os compromissos. Um dos buracos foi o contrato com a CAVO. Mais uma vez, na boca de Sasse, a confirmação: "O contrato com a CAVO realmente registrou superfaturamentos. Tanto que nós não pagamos os valores superfaturados".

Agora o governador Kleinubing está sendo convocado pelo Ministério Público para prestar depoimento no inquérito civil que apura suspeitas de superfaturamento e irregularidades no contrato com a CAVO. Serão ouvidos também três membros do primeiro escalão do governo: o secretário de transportes, Paulo Gouveia da Costa, o presidente do Besc, Mércio Felsky e o procurador-geral, Nelson Serpa, que eram auxiliares diretos de Kleinubing também em Blumenau.

O contrato entre CAVO e a prefeitura de Blumenau foi rompido logo no início da gestão do atual



prefeito Renato Viana. Em maio deste ano a CAVO estava cobrando 72 dólares por tonelada de lixo recolhida e compactada. Atualmente os serviços estão sendo feitos por outras empresas por 35 dólares. Outros "itens escusos" do contrato assinado por Kleinubing, segundo o promotor que investiga o assunto, Anselmo de Oliveira, "foram valores e pesagens". A CAVO se negava terminantemente a pesar o lixo que recolhia (sequer havia balanças do aterro público) e insistia em cálculos aproximados a partir da média de moradores do município e de número de caminhões. Além disso, a CAVO cobrava serviço de depósito de lixo industrial das empresas, além da taxa de coleta. O problema é que tudo era depositado no aterro sanitário que é público. Era tanto dinheiro que a CAVO chegava a subempreitar seus serviços, apesar

disso ser proibido por contrato. Até o ex-secretário municipal de Obras, Edson Brunsfeld, disse que pessoalmente jamais teria assinado aquele contrato, por que os valores eram maiores do que os cobrados em outros municípios. Mas Kleinubing assinou.

Em 31 de maio deste ano, a CAVO já tinha levantado da prefeitura de Blumenau, em valores históricos referentes a esta data, 7 bilhões e 200 milhões de cruzeiros.

Moral da história: se o governador conseguiu perder dinheiro vendendo lixo, imagina o que acontecerá com uma empresa como a Celesc.

Ex-funcionário denuncia a prática do FMI

Do Informativo Dívida Externa

"Nós, os representantes do Fundo Monetário Internacional, fazemos nossa própria avaliação sobre o comportamento econômico e financeiro da nação escolhida. É uma avaliação alterada, na maioria dos casos, posteriormente aceita pela Junta Executiva e pela comunidade internacional como uma verdade bíblica. Somos nós, os assessores econômicos, que, em algumas oportunidades redigimos a Carta de Intenções em nome do ministro ou encarregado da fazenda do país solicitante. Depois apresentamos para que a assinem".

Estas afirmações são de Davison Budhoo, alto funcionário do FMI, em Carta a Michel Camdessus, diretor gerente da instituição. O alto funcionário fez as graves denúncias ao renunciar ao cargo, após doze anos de trabalho para esse organismo. Budhoo explica, também, em sua carta, como atuam e trabalham os funcionários do Fundo e como decidem os destinos dos países receptores. Segundo ele, a equipe "chega a ver-se como uma espécie de nova nobreza sobre a terra, pela influência que exerce e pelo poder e autoridade que tem sobre a vida de milhares de desventurados".

Budhoo denunciou, em sua carta, um plano secreto arquitetado pelo Fundo, para a compra da dívida externa da banca privada credora, que pensa converter em bônus que serão colocados nos países devedores no mercado secundário. O mecanismo de redução de tais dívidas estaria condicionado a que os países devedores entregassem em troca suas indústrias e recursos naturais de maior valor a corporações financeiras, na sua maioria transnacionais estrangeiras, o que, para o Fundo não seria outra coisa senão uma privatização das economias.

Para o ex-funcionário do FMI, isto representa para cada país, a desnacionalização e alienação de seus bens, riquezas e recursos naturais e industriais. Ele afirma ainda que o Fundo condiciona as economias dos países, subordinando-as aos desígnios da instituição. "Nós criamos ou destruímos a vida humana, todos os dias do ano, como nenhuma outra força fez até hoje no mundo ou fará no futuro". Referindo-se ao tema militar, Davison Budhoo denuncia: "Pede-se aos governos militares que deixem as pessoas morrer, mas nunca que reduzam seus orçamentos militares. Isso o Fundo não fará jamais". Essas denúncias foram feitas no primeiro semestre desse ano e publicadas em jornais e revistas de diversos países.

TRIBUNA LIVRE

Carta Aberta ao Congresso

Movimento Cívico Nacional
Contra a Revisão Constitucional

A Nação brasileira encontra-se estarrecida diante das graves denúncias que envolvem vários parlamentares e figuras proeminentes deste e de governos anteriores. São denúncias que abalam seriamente a credibilidade das instituições e que aprofundam a crise política do país. Entidades e partidos que se unem contra a revisão constitucional entendem que as presentes denúncias reforçam sua posição político-jurídica na medida em que acrescentam aos seus argumentos elementos de defesa da ética e da moralidade na gestão da coisa pública".

A revisão constitucional envolve interesses que representam bilhões e bilhões de dólares. Não podemos admitir que a revisão seja decidida por parlamentares sob suspeição de corrupção na Comissão de Orçamento, que movimentam valores infinitamente menos significativos do que aqueles que estariam em jogo numa possível revisão.

O Movimento Cívico contra a Revisão Constitucional ao reerguer a bandeira da ética na política dirige-se aos parlamentares clamando-os a refletir sobre a gravidade deste momento político. O povo brasileiro espera dos parlamentares responsáveis, aqueles que com dignidade souberam defender os anseios populares no impeachment do ex-presidente Collor, que apurem até o fim as presentes denúncias. É preciso separar o joio do trigo para o próprio resgate do Congresso Nacional como instituição democrática.

Conclamamos os senhores parlamentares a suspenderem o processo revisional e contribuírem decisivamente na apuração das denúncias e na punição exemplar dos responsáveis.

Conclamamos, ainda, os parlamentares a criarem as condições para a máxima transparência dos trabalhos da CPI, assim como reestabelecer plenamente o conceito de que esta é uma "Casa do Povo", permitindo às lideranças sindicais, populares e democráticas, assim como a todo povo o direito de participação nos trabalhos congressuais, com pleno acesso às galerias e dependências do Congresso Nacional.

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Rosemeri Dolor Siqueira. Editores: Gastão Cassol (DRT/RS 6166) e Mari Cristina Scamazzon (DRT/RS 4966). Ilustrações: Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis. Impressão: Gráfica do jornal Diário Catarinense. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP: 88015-030. Fone (0482) 22-3866 Telefax: (0482) 23-5596. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.



Programação do CIC

Esta é a programação de cinema do Centro Integrado de Cultura até a próxima quarta-feira. Os eletricitários têm direito a meia entrada com a apresentação da carteira do Sinergia, conforme convênio do Sindicato com o CIC.

Dia 28 - Quinta-feira
21h15min - Herói por acidente

Dia 29 - Sexta-feira

21h15min - O Piano

Dia 30 - Sábado

19h - Herói por Acidente

21h15min - O Piano

Dia 31 - Domingo

19h - Herói por Acidente

21h15min - O Piano

Dia 1º - Segunda-feira

19h - Herói por Acidente

21h15min - O Piano

Dia 02 - Terça-feira

19h - Herói por Acidente

21h15min - O Piano

Dia 03 - Quarta-feira

21h15min - O Piano

Qualquer alteração na programação é de exclusiva responsabilidade do CIC.

Mostra de Curtas Catarinenses

A Mostra de Cinema Catarinense é uma promoção do Sinergia que acontecerá no auditório "Tartarugão", na sede da Eletrosul, com apoio da Elase. A Mostra será apresentada posteriormente na Celesc. As sessões serão sempre às 12h30min

Dia 26 - terça-feira
Farra do Boi, o documentário (25min)

Dia 27 - quarta-feira
Vôo Solitário (36min)

Dia 28 - quinta-feira
Bruxas (30min)

Dia 29 - Sexta-feira
Desterro (18min) e
Manhã (10min)

Reunião do CODI se opõe à medida provisória

Semana passada João José Cascaes Dias, diretor do Sinergia esteve em Curitiba participando de uma reunião do Codi (Comitê de Distribuição). Para o encontro foram convidadas as pessoas mais influentes do setor, como presidentes de empresas, e ex-ministros da área (Aureliano Chaves, José Luiz Alqueres, presidente da Eletrobrás). Eles debateram os rumos do setor e uma base para uma nova lei setorial. Cascaes representou o Comando Nacional dos Eletricitários e conta agora como andam as movimentações para defender o setor.

LV - A reunião foi importante para o setor elétrico?

Cascaes - Neste momento de turbulência, as pressões do Ministério da Fazenda para aprovar um projeto que fragmenta o setor, este encontro reunindo as pessoas mais influentes do setor elétrico, criou um fato e um fórum político de influência e apelo neste debate para que não se destruía a estrutura pública que temos. Na verdade entre aquelas pessoas existem duas correntes. Uma é a chamada privatização radical, que é a venda de ativos, de coisas que estão depreciadas à preço de banana. A outra é a participação privada no setor. E existem ainda aqueles que estão à favor da privatização e participação privada no setor, mas são contra à forma como esta sendo tramada.

LV - Como se chegou a um consenso neste assunto?

Cascaes - Está havendo uma briga de poderes envolvendo o Ministério da Fazenda e o Ministério das Minas e Energia. Por coincidência durante o encontro vazou

uma minuta de Medida Provisória que o Ministério da Fazenda estava articulando, com apoio do diretor-geral do DNAEE. Todas as empresas passam para o comando da equipe econômica e o DNAEE dá assessoria no sentido de agrupar mercados, municípios. Uma coisa de louco. Equivalente em transformar carne moída em boi de novo. Juntam Chapecó com Concórdia, Florianópolis junto com Palhoça, Itajaí com Antonio Carlos. O pretenso objetivo é viabilizar as concessões economicamente por grupo. Porque este era um dos argumentos que nós usávamos para nos opor ao projeto do Collor. No momento em que se fragmentasse tudo, inviabilizaria os pedacinhos, porque há municípios pobres de um lado, municípios ricos de outro. Afé eles pensaram: quem sabe a gente junta pobre com rico. É o limite da tecnoburocracia.

LV - Que mais a MP contém?

Cascaes - Tentam fazer toda uma reforma radical do setor elétrico, que envolve coisas tão sérias quanto agrupar municípios, desmontar redes e montar sob outra lógica.

LV - E o que os demais dirigentes acharam da MP?

Cascaes - Temos que fazer uma distinção. Primeiro: nem todos que estavam ali falam o que praticam. Segundo: não estamos defendendo o status quo. Enquanto todos dirigentes que lá estavam defendem a não destruição das empresas-concessionárias, mas não estão propondo reformas efetivas. Nós queremos mudar as coisas: abrir as empresas, transformá-las em empresas públicas, aumentar a participação e controle da sociedade. E também não deixar

que as empresas sejam vendidas a preços vis que nem na Argentina.

LV - O que aconteceu na Argentina?

Cascaes - O que irrita é a cópia. Todo mundo já ouviu falar das nossas inadimplências, das tarifas, mantidas artificialmente, da CRC (Contas de resultados a Compensar). Lá aconteceu tudo igualzinho. A CRC lá se chamava "Déficit de Benefício". Há dois anos se falava na Argentina da "Enre". No Brasil era a Ense. Recentemente a Eletrobrás estava montando um tal de Sintrel. Lá na Argentina tinha o SIN. Tudo tão antigo quanto a cartilha do Banco Mundial.

LV - E acabou de que jeito na Argentina?

Cascaes - Afé vem a tragédia. A Medida Provisória daqui é muito semelhante ao que foi feito lá. A lógica de fragmentar o setor por funções: transmissão, geração, distribuição. Na Argentina, depois de feita esta separação passou-se a um estágio de irracionalidade fímpar, as transferências de renda que aconteceram foram imensas. O resultado óbvio foi o aumento de tarifas ao consumidor comum. Lá um grande consumidor pode fazer contratos diretos com o fornecedor. Mas o consumidor comum paga o preço do mês definido pelo custo marginal de curto prazo. A oscilação lá chega de 70 dólares a 120 dólares megawatt/hora e consumidor comum não pode como comprar direto do gerador, porque existe o monopólio natural da distribuição.

LV - Voltando para o Brasil...

Cascaes - Apesar da conjuntura diversa e sistemas diferentes o diagnóstico é o mesmo e talvez a mesma tragédia.

